



CRISTIANA FORTINI
RAFAEL SÉRGIO LIMA DE OLIVEIRA
TATIANA CAMARÃO
Coordenadores

Prefácio
Benjamin Zymler

**COMENTÁRIOS À LEI DE
LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS**
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Volume 2
Artigos 71 ao 194

O presente livro foi escrito por Professores que compartilham a diretriz de que a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA) precisa ser compreendida a partir de suas próprias premissas e eixos estruturadores, contabilizando as influências que nela se revelam e que justificam o seu conteúdo.

Os autores assumiram a missão de se abrirem ao novo, sem saudosismos e apegos a entendimentos que se consolidaram à luz de outras legislações, com vistas a explorar as novas regras e delas extrair o entendimento que mais se coaduna com os vetores que a alicerçam.

O livro congrega Professores que vivem e respiram o dia a dia da contratação pública, seja como integrantes de órgãos de controle, como advogados públicos e privados, ou como servidores. Portanto, a obra oferece visões complementares que são reflexo de estudos, mas também da experiência contínua ao longo de anos ou décadas.

Essa é a razão pela qual o livro não é superficial. Não se limita a ofertar quadros comparativos entre o antes e o agora. Indo além, o livro examina com profundidade as mudanças trazidas pela NLLCA e problematiza a sua aplicação.

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. LICITAÇÃO. CONTROLE

Público-alvo/consumidores

Agentes públicos dos três poderes e empresas que participam de licitações

FORMATO: 17 x 24 cm
CÓDIGO: 10003203

C732 Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 / coordenado por Cristiana Fortini, Rafael Sérgio Lima de Oliveira, Tatiana Camarão. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.

620p. ; 17cm x 24cm. – (v.02 - Artigos 71 ao 194)

ISBN: 978-65-5518-324-5

1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Público. 4. Contratação pública.
5. Licitação. 6. Controle. I. Fortini, Cristiana. II. Oliveira, Rafael Sérgio Lima de.
III. Camarão, Tatiana. IV. Título.

2021-4788

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FORTINI, Cristiana; OLIVEIRA, Rafael Sérgio Lima de; CAMARÃO, Tatiana (Coords.). *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. v.02 - Artigos 71 ao 194. 620p. ISBN 978-65-5518-324-5 .

CRISTIANA FORTINI

Professora da UFMG e da Faculdade Milton Campos. Doutora em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Visitante da Universidade de Pisa. *Visiting Scholar* na George Washington. Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA).

RAFAEL SÉRGIO LIMA DE OLIVEIRA

Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. Mestre em Direito e Especialista em Direito Público. Participou do Programa de Intercâmbio Erasmus+, desenvolvendo pesquisa na área de Direito da Contratação Pública na Università degli Studi di Roma - Tor Vergata. É Procurador Federal da Advocacia-Geral da União (AGU) e Fundador do Portal L&C (licitacaoecontrato.com.br).

TATIANA CAMARÃO

Mestre em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Assessora Técnica Especializada da Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Diretora Secretária do Instituto Mineiro de Direito Administrativo. Professora de Direito Administrativo.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Benjamin Zymler	25

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Artigo 71	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	27
71 O encerramento da licitação	28
Artigo 72	
Felipe Boselli	29
72 Da contratação direta	29
72.1 A obrigação constitucional de licitar	31
72.2 As contratações diretas na Constituição	32
72.3 Do processo de contratação direta	35
72.3.1 Documentos preparatórios da contratação (art. 72, inciso I)	36
72.3.2 Estimativa de despesa (art. 72, inciso II)	38
72.3.3 Pareceres quanto ao atendimento dos requisitos exigidos (art. 72, inciso III)	38
72.3.4 Previsão de recursos orçamentários (art. 72, inciso IV)	39
72.3.5 Habilitação e qualificação do contratado (art. 72, inciso V)	39
72.3.6 Razão de escolha do contratado (art. 72, inciso VI)	41
72.3.7 Justificativa de preço (art. 72, inciso VII)	42
72.3.8 Autorização da autoridade competente (art. 72, inciso VIII)	42
72.3.9 Divulgação da autorização da contratação direta ou extrato do contrato (Parágrafo único do art. 72)	43
Artigo 73	
Felipe Boselli	47
73 Da responsabilização do agente público e do contratado no caso da contratação direta	47
73.1 Contratação direta indevida	47
73.2 Dolo, fraude ou erro grosseiro	48
73.3 Responsabilidade solidária	50
Artigo 74	
Felipe Boselli	53
74 Da inexigibilidade de licitação	54
74.1 A confusão jurídica entre casos de licitação dispensável e inexigibilidade de licitação	55
74.2 O mito de presunção de fraude pela inexistência do processo licitatório	57
74.3 Fornecedor ou prestador de serviços exclusivos (art. 74, inciso I)	63
74.3.1 Documentação apta a atestar a exclusividade (§1º do art. 74)	65
74.4 Contratação de artistas (art. 74, inciso II)	66
74.4.1 Documentação de empresário exclusivo (§2º do art. 74)	67
74.5 Serviços técnicos especializados com profissional de notória especialização (art. 74, inciso III)	68
74.5.1 Conceito de notória especialização (§3º do art. 74)	71
74.5.2 Subcontratação nos casos de inexigibilidade (§4º do art. 74)	72
74.6 Credenciamento (art. 74, inciso IV)	73
74.7 Aquisição ou locação de imóveis (art. 74, inciso V)	75
74.7.1 Requisitos para contratação de imóveis (§5º do art. 74)	79
74.8 Outras hipóteses de inexigibilidade de licitação não previstas	80
74.8.1 Participação em feiras e congressos	80
74.8.2 O cumprimento de determinações judiciais	82
74.8.3 Compensações, multas e termos de ajustamento de conduta	84
74.8.4 As contratações de consultoria em regime de êxito	85
Artigo 75	
Felipe Boselli	88

75	A Contratação direta por dispensa de licitação.....	92
75.1	A baliza formal da norma dispensatória sob o ponto de vista do ente federativo – a dispensa como norma geral.....	93
75.2	A baliza formal da norma dispensatória sob o ponto de vista do diploma normativo utilizado	97
75.3	O uso da expressão <i>legislação</i> na Constituição	97
75.4	A vedação à criação de dispensa por decreto	98
75.5	A baliza material das normas dispensatórias	100
75.6	As contratações de pequeno valor (art. 75, incisos I e II)	103
75.6.1	Os valores estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.....	104
75.6.2	A regra de somatório anual das dispensas de licitação (§1º do art. 75).....	104
75.6.3	O limite dobrado para consórcios públicos e agências executivas (§2º do art. 75).....	105
75.6.4	A questão específica da manutenção de veículos automotores (§7º do art. 75).....	105
75.6.5	A análise constitucional dos valores estabelecidos	106
75.6.6	Solução para o problema e possibilidade de avanço (§3º do art. 75).....	109
75.6.7	O pagamento das contratações por cartão de pagamento (§4º do art. 75).....	110
75.7	Os casos de licitações frustradas ou desertas (art. 75, inciso III).....	110
75.7.1	O conceito de propostas válidas no texto legal	112
75.7.2	A estrutura da licitação anterior	112
75.7.3	As condicionantes da hipótese.....	113
75.8	Componentes e peças para manutenção (alínea a do inciso IV do art. 75).....	113
75.9	Acordos internacionais (alínea b do inciso IV do art. 75).....	115
75.10	Produtos e obras para pesquisa e desenvolvimento (alínea c do inciso IV do art. 75).....	116
75.10.1	As obras e serviços de engenharia da alínea c do inciso IV (§5º do art. 75)	117
75.11	Transferência de tecnologia por ICT (alínea d do inciso IV do art. 75).....	117
75.12	Gêneros perecíveis até a realização da licitação (alínea e do inciso IV do art. 75).....	119
75.13	Bens ou serviços nacionais com alta complexidade e defesa nacional (alínea f do inciso IV do art. 75).....	121
75.14	Materiais de uso das forças armadas (alínea g do inciso IV do art. 75).....	122
75.15	Atendimento das forças militares no exterior (alínea h do inciso IV do art. 75).....	124
75.16	Abastecimento de efetivos militares em movimentação (alínea i do inciso IV do art. 75).....	126
75.17	Resíduos sólidos recicláveis ou reutilizáveis (alínea j do inciso IV do art. 75)	128
75.18	Aquisição ou restauração de obras de arte (alínea k do inciso IV do art. 75)	130
75.19	Equipamentos destinados a investigações sigilosas (alínea l do inciso IV do art. 75).....	132
75.20	Medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras (alínea m do inciso IV do art. 75)	134
75.21	Incentivos à inovação (art. 75, inciso V).....	135
75.21.1	Artigo 3º da Lei nº 10.973/2004.....	135
75.21.2	Artigo 3º-A da Lei nº 10.973/2004	136
75.21.3	Artigo 4º da Lei nº 10.973/2004.....	136
75.21.4	Artigo 5º da Lei nº 10.973/2004.....	137
75.21.5	Artigo 20 da Lei nº 10.973/2004	138
75.21.6	Princípios da Lei nº 10.973/2004.....	139
75.22	Comprometimento da segurança nacional (art. 75, inciso VI)	140
75.23	Grave perturbação da ordem (art. 75, inciso VII).....	141
75.24	Contratações emergenciais (art. 75, inciso VIII)	142
75.24.1	Conceito de emergência ou calamidade pública	142
75.24.2	A emergência fabricada ou desidiosa	143
75.24.3	A destinação dos contratos firmados por emergência.....	144
75.24.4	O prazo de um ano para a execução da emergência.....	144
75.24.5	Uma possibilidade de solução: a experiência europeia.....	146
75.24.6	A vedação à prorrogação dos contratos.....	147
75.24.7	A emergência em serviços continuados (§6º do art. 75).....	147
75.24.8	A vedação à recontração da mesma empresa.....	148
75.25	Contração de pessoa jurídica de direito público interno (art. 75, inciso IX)	149
75.26	Intervenção no domínio econômico (art. 75, inciso X).....	150
75.27	Celebração de contrato de programa para prestação de serviços públicos (art. 75, inciso XI).....	151
75.28	Produtos estratégicos para o SUS (art. 75, inciso XII).....	153
75.29	Profissionais para compor comissão de avaliação técnica (art. 75, inciso XIII).....	154
75.30	Contração de associação de pessoas com deficiência (art. 75, inciso XIV).....	155
75.31	Ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, estímulo à inovação e recuperação social da pessoa presa (art. 75, inciso XV).....	157
75.32	Contração de fundação para insumos estratégicos para a saúde	

(art. 75, inciso XVI).....	158
----------------------------	-----

Artigo 76

Daniel Barral	161
76 Do âmbito de incidência da norma	164
76.1 Do âmbito subjetivo de incidência da norma	164
76.2 Do âmbito objetivo de incidência da norma	167
76.3 Do interesse público devidamente justificado.....	167
76.4 Da avaliação prévia.....	169
76.5 Licitação na modalidade leilão.....	169
76.6 Da autorização legislativa.....	169
76.7 Das hipóteses de dispensa de licitação	171
76.7.1 Dação em pagamento (art. 76, I, “a”).....	171
76.7.2 Doação (art. 76, I, “b”).....	171
76.7.3 Permuta (art. 76, I, “c”).....	172
76.7.4 Investidura (art. 76, I, “d”).....	172
76.7.5 Vendas interadministrativas (art. 76, I, “e”).....	173
76.7.6 Titulação de imóveis residenciais por interesse social (art. 76, I, “f”).....	173
76.7.7 Alienação de imóveis de uso comercial por interesse social (art. 76, I, “g”).....	173
76.7.8 Regularização de imóveis rurais da União e do Incra (art. 76, I, “h”).....	173
76.7.9 Legitimação de ocupação de terra pública (art. 76, I, “I”).....	174
76.7.10 Alienação em caso de legitimação fundiária rural e urbana (art. 76, I, “j”).....	174
76.7.11 Alienação de bens móveis.....	175

Artigo 77

Daniel Barral	176
77 Do direito de preferência do ocupante do imóvel na licitação para compra	176

Artigo 78

Rafael Sérgio Lima de Oliveira	177
78 Os instrumentos e procedimentos auxiliares.....	177

Artigo 79

Rafael Sérgio Lima de Oliveira	179
79 O que é credenciamento?.....	180
79.1 Cabimento do credenciamento	180
79.2 O procedimento do credenciamento (Parágrafo único do art. 79).....	181
79.3 A distribuição objetiva da demanda no caso do inciso I do <i>caput</i> do art. 79.....	182

Artigo 80

Rafael Sérgio Lima de Oliveira	184
80 A pré-qualificação.....	185

Artigo 81

Cristiana Fortini, Marcos Nóbrega, Tatiana Camarão	186
81 O Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).....	187
81.1 Da disponibilidade dos trabalhos resultantes do PMI (§1º do art. 81).....	189
81.2 Das regras do PMI (§2º do art. 81).....	190
81.3 Da aceitação dos resultados do PMI (§3º do art. 81).....	192
81.4 Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) e <i>startup</i> (art. 81, §4º).....	194
81.4.1 Requisitos para qualificação de empresas como <i>startups</i> , de acordo com Lei Complementar nº 182/2021.....	195
81.4.2 Abrangência da Lei Complementar nº 182/2021 e sua finalidade	196
81.4.3 Procedimento para contratação das <i>startups</i> para execução de Contrato Público de Solução Inovadora (CPSI).....	196
81.4.4 Procedimento para contratação das <i>startups</i> de contrato de fornecimento de produto.....	200

Artigo 82

Cristiana Fortini, Hamilton Bonatto, Tatiana Camarão	202
82 Introdução (art. 82)	203
82.1 Inovações na utilização do Sistema de Registro de Preços	207
82.2 Regras do edital de licitação para Registro de Preços (<i>caput</i> do art. 82).....	207
82.3 Especificidades da licitação para Registro de Preços (art. 82, I).....	208

82.4	Quantidade mínima a ser cotada (art. 82, II).....	209
82.5	Hipóteses de previsão de preços diferentes (art. 82, III)	210
82.6	Possibilidade de oferecer quantitativo inferior (art. 82, IV).....	210
82.7	Crítérios de julgamento no SRP (art. 82, V).....	211
82.8	Condições para alteração de preços registrados (art. 82, VI).....	211
82.9	Registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço (art. 82, VII).....	213
82.10	Vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma Ata de Registro de Preços (art. 82, VIII)	213
82.11	Hipóteses de cancelamento da Ata de Registro de Preços e suas consequências (art. 82, IX)	214
82.12	Adoção de julgamento por grupo de itens (art. 82, §1º).....	214
82.13	Condição para contratação posterior de item específico constante de grupo de itens (art. 82, §2º).....	214
82.14	Regras para registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido (art. 82, §3º e §4º).....	215
82.15	O Registro de Preços para obras e serviços de engenharia (§5º do art. 82)	215
82.15.1	Dos regimes de empreitada previstos na Lei nº 14.133/21	220
82.15.1.2	Sistema de Registro de Preços com o regime de empreitada por preço global e empreitada por preço unitário	221
82.15.1.3	Sistema de Registro de Preços com o regime de empreitada por preço global	224
82.15.1.4	Sistema de Registro de Preços com o regime de empreitada por preço unitário	225
82.15.1.5	Sistema de Registro de Preços com o regime de empreitada por preço global e empreitada por preço unitário em um mesmo contrato	226
82.15.1.6	Sistema de Registro de Preços com a contratação semi-integrada	233
82.15.1.7	Sistema de Registro de Preços com a contratação integrada.....	234
82.16	O uso do Registro de Preços por meio das hipóteses de contratação direta (§6º do art. 82)	242

Artigo 83

Cristiana Fortini, Tatiana Camarão	244
83 O compromisso do fornecedor registrado e a faculdade da Administração.....	244

Artigo 84

Cristiana Fortini, Tatiana Camarão	245
84 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (caput do art. 84).....	245
84.1 O prazo de vigência dos contratos decorrentes de Ata de Registro de Preços (Parágrafo único do art. 84)	246

Artigo 85

Hamilton Bonatto	248
85 O uso do Registro de Preços para contratação de obras e serviços de engenharia	248
85.1 Existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional	248
85.2 Necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.....	249

Artigo 86

Cristiana Fortini, Tatiana Camarão	250
86 Da adesão à Ata de Registro de Preços	251
86.1 Limites à adesão à Ata de Registro de Preços	254
86.2 Da vedação à Administração Pública federal de aderir a atas gerenciadas por órgãos e entidades componentes de outras esferas da federação (§8º do art. 86).....	254

Artigo 87

Marcos Nóbrega	256
87 O registro cadastral.....	256
87.1 Registro cadastral unificado: amplitude da divulgação e possibilidade de cadastro permanente (§1º do art. 87).....	258
87.2 Proibição de exigência de registro cadastral complementar (§2º do art. 87).....	258
87.3 Possibilidade de realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados (§§3º e 4º do art. 87).....	258

Artigo 88

Marcos Nóbrega	260
88 O requerimento de cadastramento.....	260

88.1	A compartimentalização do cadastro de acordo com a área de atuação do fornecedor (§1º do art. 88)	261
88.2	Do certificado de cadastramento (§2º do art. 88).....	261
88.3	Da avaliação obrigatória da atuação do contratado (§3º do art. 88)	261
88.4	Do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (§4º do art. 88)	262
88.5	Da necessidade de cumprir as obrigações legais e regulamentares para a manutenção do cadastro (§5º do art. 88).....	262
88.6	Da possibilidade de participação na licitação em caso de pendência no cadastro (§6º do art. 88)	262

Artigo 89

Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	264	
89	Regime dos contratos	264
89.1	Estruturação dos contratos	268

Artigo 90

Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	270	
90	Convocação do adjudicatário	271
90.1	Contratação de remanescente	273

Artigo 91

Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	275	
91	Forma dos contratos	275
91.1	Cuidados antecedentes à formalização dos contratos.....	276

Artigo 92

Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	277	
92	Cláusulas dos contratos	279

Artigo 93

Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	285	
93	Cessão de direitos autorais	285

Artigo 94

Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	287	
94	Divulgação dos contratos.....	287

Artigo 95

Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	289	
95	Instrumentos contratuais	289

Artigo 96

Rafael Amorim de Amorim	291	
96	Das Garantias.....	291
96.1	Das modalidades de garantia e da faculdade do contratado de escolher entre elas (§1º do art. 96)	293
96.2	A desobrigação de renovação da garantia em caso de suspensão da execução contratual (§2º do art. 96).....	296
96.3	O prazo para apresentação da garantia na modalidade seguro-garantia (§3º do art. 96)	297

Artigo 97

Rafael Amorim de Amorim	299	
97	Do seguro-garantia	299
97.1	Do prazo de vigência da apólice do seguro-garantia (incisos I e II do art. 97)	302
97.2	Da renovação da vigência da apólice do seguro-garantia nos casos de contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços (Parágrafo único do art. 97)	305

Artigo 98

Rafael Amorim de Amorim	306	
98	Do valor da garantia (<i>caput</i> do art. 98).....	306
98.1	Da base de cálculo do valor da garantia nos casos de contratos de serviço e fornecimento contínuos (Parágrafo único do art. 98)	307

Artigo 99		
Rafael Amorim de Amorim		309
99	Da possibilidade de seguro-garantia com cláusula de retomada no percentual de até 30% (trinta por cento) do valor inicial do contrato de obra ou serviço de engenharia.....	309
Artigo 100		
Rafael Amorim de Amorim		312
100	Da liberação/restituição da garantia.....	312
Artigo 101		
Rafael Amorim de Amorim		314
101	Do acréscimo do valor da garantia no caso da entrega de bens pela Administração ao contratado	314
Artigo 102		
Rafael Amorim de Amorim		315
102	Do seguro-garantia com cláusula de retomada na contratação de obras e serviços de engenharia	315
Art. 103		
Cristiana Fortini, Marcos Nóbrega		319
103	A matriz de alocação de riscos dos contratos	320
Artigo 104		
Cristiana Fortini.....		326
104	Das prerrogativas da Administração Pública	326
Artigo 105		
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini		328
105	Considerações iniciais	328
105.1	Duração dos contratos.....	329
Artigo 106		
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini		331
106	Vigência dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos	331
106.1	Hipóteses de aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática	333
Artigo 107		
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini		334
107	Prorrogação de serviços e fornecimentos contínuos.....	334
Artigo 108		
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini		336
108	Hipóteses específicas de dispensa de licitação	336
Artigo 109		
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini		337
109	Hipóteses de serviços públicos oferecidos em regime de monopólio.....	337
Artigo 110		
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini		338
110	Hipóteses de contratação que gerem receita para a Administração Pública e no contrato de eficiência	338
110.1	Contratação que não demanda investimento	339
110.2	Contratação que demanda investimento.....	339
Artigo 111		
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini		341
111	Hipóteses em que o contrato prevê a conclusão de um escopo predefinido.....	341

Artigo 112	
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	343
112 Hipóteses previstas em leis especiais	343
Artigo 113	
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	344
113 Hipóteses de contratos firmados sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado	344
Artigo 114	
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	345
114 Hipóteses de operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação	345
Artigo 115	
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	346
115 Execução dos contratos	346
Artigo 116	
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	349
116 Reserva de cargos	349
Artigo 117	
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	350
117 Fiscalização dos contratos	350
117.1 Aspectos fiscalizados pela Administração	351
117.2 Gestor e fiscal de contrato	353
117.3 Contratação de terceiros	357
Artigo 118	
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	359
118 Preposto indicado pelo contratado	359
Artigo 119	
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	360
119 Responsabilidade do contratado	360
Artigo 120	
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	361
120 Responsabilidade pelos danos causados	361
Artigo 121	
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	364
121 Responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais	365
Artigo 122	
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	368
122 Subcontratação	368
Artigo 123	
Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	370
123 Dever de decisão	370
Artigo 124	
Hamilton Bonatto	371
124 Alterações contratuais	372
124.1 Alteração unilateral pela Administração	372
124.1.1 Modificação do projeto ou das especificações	373
124.1.2 Modificação do valor contratual pelo acréscimo ou diminuição quantitativa	374
124.1.3 Proibição de alteração do objeto	374
124.2 Alteração por acordo entre as partes	375
124.2.1 Substituição da garantia de execução	375
124.2.2 Modificação do regime de execução	375

124.2.3	Modificação do modo de fornecimento.....	376	
124.2.4	Modificação da forma de pagamento	377	
124.2.4.1	Pagamento antecipado	377	
124.2.5	Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.....	378	
124.2.5.1	Fato posterior à data da proposta.....	378	
124.2.5.2	Culpa do contratado.....	378	
124.2.5.3	Equilíbrio econômico-financeiro.....	379	
124.2.5.4	Caso fortuito e força maior.....	379	
124.2.5.5	Fato do príncipe	380	
124.2.5.6	Fatos imprevisíveis	380	
124.2.5.7	Fatos previsíveis de consequências incalculáveis	380	
124.2.5.8	Reequilíbrio econômico-financeiro em razão da variação da taxa cambial.....	381	
124.2.5.9	Reequilíbrio econômico-financeiro <i>stricto sensu</i> (revisão) e reajustamento de preços em conjunto.....	381	
124.2.5.10	Alterações decorrentes de falhas de projeto em obras e serviços de engenharia – apuração de responsabilidade.....	381	
124.2.5.11	Elevação extraordinária do preço de insumo	382	
124.2.5.12	Ônus de requerer a revisão contratual.....	383	
124.3	Atraso na conclusão dos procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental.....	383	
Artigo 125			
Hamilton Bonatto.....			384
125	Acréscimos ou supressões de 25 ou 50%	384	
125.1	Acréscimos e supressões no mesmo contrato	385	
Artigo 126			
Hamilton Bonatto.....			386
126	Alteração qualitativa e transfiguração do objeto.....	386	
Artigo 127			
Hamilton Bonatto.....			387
127	Desconto global	387	
Artigo 128			
Hamilton Bonatto.....			388
128	Proibição de diminuir o desconto global em caso de aditivos	388	
128.1	Desconto linear.....	388	
128.2	Jogo de Planilha.....	389	
Artigo 129			
Hamilton Bonatto.....			390
129	Alterações contratuais para supressão de obras, bens e serviços	390	
Artigo 130			
Hamilton Bonatto.....			391
130	Aumento ou diminuição dos encargos do contratado – manutenção do equilíbrio econômico-financeiro	391	
Artigo 131			
Hamilton Bonatto.....			392
131	Reequilíbrio econômico-financeiro após extinto o contrato	392	
131.1	Pagamento por indenização	393	
131.2	Reequilíbrio econômico-financeiro após eventual prorrogação	393	
Artigo 132			
Hamilton Bonatto.....			394
132	Aditivo contratual verbal.....	394	
132.1	Exceção: justificada a necessidade de antecipação de seus efeitos	394	
132.2	O caso da empreitada por preço unitário	395	
132.3	Prazo de um mês.....	395	
Artigo 133			
Hamilton Bonatto.....			396

133	Regra geral	396
133.1	Caso fortuito ou força maior	396
133.2	Alteração dos projetos ou das especificações.....	397
133.3	Observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei	397
133.4	Desde que não decorrentes de erros ou omissões do contratado	397
133.5	Necessidade de alteração de especificações ou de projetos nas contratações semi-integradas	398
133.6	Ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como responsabilidade da Administração.....	398
 Artigo 134		
	Hamilton Bonatto	399
134	Fato do Príncipe	399
 Artigo 135		
	Hamilton Bonatto.....	400
135	Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.....	401
135.1	Serviços contínuos com predominância de mão de obra.....	401
135.2	Data-base	401
135.2.1	Apresentação da proposta para custos decorrentes do mercado	402
135.2.2	Acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada para os custos de mão de obra.....	402
135.3	Acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública	402
135.4	Interregno mínimo de 1 (um) ano	402
135.5	Divisão da repactuação em parcelas	403
135.6	Repactuação com mais de uma categoria profissional	403
135.7	Necessidade de solicitação de repactuação e demonstração analítica da variação...	403
 Artigo 136		
	Hamilton Bonatto.....	405
136	Simplex apostila: não caracterização de alteração de contrato.....	405
136.1	Reajuste ou repactuação de preços previstos.....	406
136.2	Atualizações, compensações ou penalizações financeiras	406
136.3	Alterações na razão ou na denominação social do contratado	406
136.4	Empenho de dotações orçamentárias	407
 Artigo 137		
	Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	408
137	Introdução	409
137.1	Aspectos relevantes	411
137.2	Procedimento a ser observado na extinção	411
137.3	Comportamentos atribuíveis ao contratado	412
137.4	Comportamentos atribuíveis à Administração.....	413
137.5	Por razões de interesse público.....	415
137.6	Ocorrência de caso fortuito ou força maior	415
 Artigo 138		
	Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	417
138	Hipóteses de extinção.....	417
138.1	Preferência pela extinção consensual e arbitral à extinção por decisão judicial	418
138.2	Consequências da extinção por culpa exclusiva da Administração Pública.....	419
 Artigo 139		
	Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	420
139	Consequências da extinção determinada por ato unilateral da Administração	420
 Artigo 140		
	Hamilton Bonatto.....	422
140	Recebimentos provisório e definitivo do objeto contratual	423
140.1	Recebimento de obras e serviços de engenharia	423
140.1.1	Obras e serviços de engenharia – Recebimento provisório	423
140.1.1.1	Obras e serviços de engenharia – Responsável pelo recebimento provisório.....	423
140.1.2	Obras e serviços de engenharia – Recebimento definitivo	424

140.1.2.1	Obras e serviços de engenharia – Responsáveis pelo recebimento definitivo	424
140.2	Recebimento das compras	425
140.2.1	Compras – recebimento provisório	425
140.2.1.1	Compras – Responsável pelo recebimento provisório	425
140.2.2	Compras – Recebimento definitivo	425
140.2.2.1	Compras – Responsáveis pelo recebimento definitivo.....	425
140.3	Rejeição do objeto.....	426
140.4	Responsabilidade civil e ético-profissional	426
140.5	Prazos e métodos de recebimentos.....	426
140.5.1	Ensaio, testes e demais provas para aferição da boa execução do objeto	427
140.6	Responsabilidade dos projetistas.....	427
140.7	Responsabilidade quinquenal pela solidez e segurança ou funcionalidade – objetiva.....	428
Artigo 141		
	Cristiana Fortini, Daniel Barral	429
141	Da ordem cronológica de pagamento.....	430
Artigo 142		
	Cristiana Fortini, Daniel Barral	434
142	Pagamento em conta vinculada ou pela efetiva comprovação do fato gerador	434
Artigo 143		
	Daniel Barral	436
143	Da liberação da parcela incontroversa em caso de discussão sobre aspectos do pagamento	436
Artigo 144		
	Daniel Barral	438
144	Da remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado	438
Artigo 145		
	Daniel Barral	441
145	Do pagamento antecipado.....	441
Artigo 146		
	Daniel Barral	444
146	Do dever de comunicação aos órgãos de Administração Tributária.....	444
Artigo 147		
	Cristiana Fortini, Mariana Magalhães Avelar	445
147	Da irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual.....	446
Artigo 148		
	Cristiana Fortini, Mariana Magalhães Avelar	448
148	Da declaração de nulidade	448
Artigo 149		
	Cristiana Fortini, Mariana Magalhães Avelar	450
149	Do dever de indenizar	450
Artigo 150		
	Cristiana Fortini, Mariana Magalhães Avelar	452
150	Caracterização adequada do objeto contratual e indicação dos créditos orçamentários para pagamento	452
Artigos 151, 152, 153 e 154		
	Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini	453
151	Dos meios alternativos de resolução de controvérsias.....	453
Artigo 155		
	Rafael Amorim de Amorim	463
155	A prerrogativa sancionatória estatal e suas especificidades no processo de contratação pública	463
155.1	Das infrações relacionadas às contratações públicas (art. 155).....	465

Artigo 156	
Rafael Amorim de Amorim	469
156	As espécies de sanção aplicáveis aos responsáveis por infrações relacionadas às contratações públicas (<i>caput</i> do art. 156).....
	470
156.1	Os parâmetros de dosimetria da sanção (§1º do art. 156)
	472
156.2	A correlação entre as infrações previstas no art. 155 e as sanções estabelecidas no <i>caput</i> do art. 156 (§§2º a 5º do art. 156).....
	474
156.3	Das regras para aplicação da sanção de declaração de inidoneidade (§6º do art. 156).....
	477
156.4	Da aplicação da sanção de multa (§§7º e 8º do art. 156).....
	479
156.5	Do dever de reparação do dano causado à Administração em razão da infração (§9º do art. 156).....
	479
Artigo 157	
Rafael Amorim de Amorim	480
157	Do Processo Sancionador Simplificado – Rito Sumário
	480
Artigo 158	
Rafael Amorim de Amorim	482
158	Do processo de responsabilização – Rito Ordinário (art. 158, <i>caput</i> , §§1º, 2º e 3º).....
	482
158.1	Da prescrição da pretensão sancionatória da Administração Pública (§4º do art. 158).....
	485
Artigo 159	
Rafael Amorim de Amorim	487
159	Da apuração e do julgamento conjunto das infrações tipificadas na NLLCA e na Lei Anticorrupção
	487
Artigo 160	
Rafael Amorim de Amorim	490
160	Da desconsideração da personalidade jurídica
	490
Artigo 161	
Rafael Amorim de Amorim	493
161	Do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).....
	493
Artigo 162	
Rafael Amorim de Amorim	496
162	Da multa de mora e da sua conversão em compensatória.....
	496
Artigo 163	
Rafael Amorim de Amorim	499
163	Da reabilitação.....
	499
Artigo 164	
Anderson Sant’Ana Pedra	502
164	Impugnação e solicitação de esclarecimento (art. 164).....
	502
164.1	Controle social e mecanismos de contribuição
	502
164.2	Finalidade do enunciado normativo.....
	503
164.3	Dever fundamental de contribuir com a Administração Pública
	504
164.4	Impugnação ao edital
	505
164.4.1	Impugnação à contratação direta
	505
164.4.2	Direito de petição
	505
164.4.2.1	Anonimato
	507
164.4.3	Ausência de impugnação e convalidação
	507
164.4.4	Impugnação e medida judicial.....
	508
164.4.5	Impugnação e outras representações perante órgãos de controle.....
	508
164.4.6	Não impugnação e aceitação tácita
	508
164.5	Pedido de esclarecimento
	509
164.5.1	Garantia constitucional ao direito de informação.....
	511
164.5.2	Esclarecimento de contratação direta e de contrato administrativo.....
	511
164.5.3	Esclarecimento da omissão.....
	512
164.5.4	Recusa ao pedido de esclarecimento.....
	512
164.5.5	Eficácia vinculante do esclarecimento
	513
164.6	Procedimento e prazo.....
	513

164.6.1	Resposta.....	514
164.6.1.1	Provimento do requerimento.....	515
164.6.1.2	Meio de divulgação.....	516
164.6.1.3	Resposta específica.....	516
164.6.2	Exemplificando a contagem do prazo.....	516
164.6.3	Requerimento interposto em desacordo com o art. 164.....	516
164.6.4	Agente competente.....	517
164.6.5	Recurso.....	518
164.6.6	Gratuidade.....	518

Artigo 165

Anderson Sant'Ana Pedra.....	519
165 Recursos administrativos (art. 165).....	520
165.1 Cabimento.....	520
165.2 Tutela recursal: aspectos propedêuticos.....	520
165.2.1 Conceito.....	520
165.2.1.1 Recurso e duplo grau.....	521
165.2.2 Garantia constitucional.....	522
165.2.3 Aplicação subsidiária da Lei nº 9.784/1999.....	522
165.2.3.1 Demais entes da federação.....	522
165.2.4 Aplicação subsidiária do CPC.....	523
165.2.4.1 Cabimento de embargos de declaração.....	523
165.2.4.1.1 Consequências da interposição.....	524
165.2.5 Princípios recursais.....	525
165.2.5.1 Devido processo legal.....	525
165.2.5.2 Taxatividade.....	525
165.2.5.3 Formalismo moderado.....	525
165.2.5.3.1 Fungibilidade.....	525
165.2.5.4 Verdade real.....	526
165.2.5.5 Autotutela.....	526
165.2.5.6 Ampla defesa e contraditório.....	527
165.2.5.6.1 Cautelares e contraditório diferido.....	527
165.2.5.7 Não surpresa.....	528
165.2.5.8 Tipicidade moderada.....	528
165.2.5.9 Singularidade.....	528
165.2.5.10 <i>Non reformatio in pejus</i>	529
165.2.5.11 Gratuidade.....	529
165.3 Admissibilidade recursal: pressupostos.....	529
165.3.1 Decisão.....	530
165.3.1.1 Silêncio administrativo.....	531
165.3.2 Legitimidade.....	531
165.3.3 Interesse recursal e sucumbência.....	532
165.3.3.1 Sucumbência.....	532
165.3.3.2 Discordância sobre o fundamento de decisão favorável.....	533
165.3.4 Fundamentação e dialeticidade.....	533
165.3.5 Regularidade formal.....	535
165.3.6 Tempestividade.....	535
165.3.6.1 Prazo e contagem.....	535
165.3.6.2 Recurso apresentado fora do prazo.....	536
165.3.6.3 Prazo recursal estendido.....	536
165.3.7 Pedido.....	537
165.4 Momento recursal.....	537
165.5 Recurso hierárquico.....	537
165.5.1 Hipóteses de cabimento.....	537
165.5.1.1 (In)deferimento em pré-qualificação ou cadastro.....	538
165.5.1.2 Julgamento das propostas.....	538
165.5.1.3 (In)habilitação de licitante.....	538
165.5.1.4 Anulação ou revogação de licitação.....	538
165.5.1.4.1 Anulação ou invalidação.....	539
165.5.1.4.2 Revogação.....	539
165.5.1.5 Extinção unilateral do contrato.....	540
165.5.1.5.1 Invalidação do contrato.....	540
165.5.2 Manifestação imediata.....	540
165.5.2.1 Desnecessidade de fundamentação.....	541
165.5.3 Razões recursais e apreciação em fase única.....	542
165.5.3.1 Não apresentação das razões.....	542

165.5.3.2	Inovação nos fundamentos.....	543
165.5.3.3	Inversão de fases	543
165.5.4	Processamento.....	544
165.5.4.1	Realização de diligência.....	546
165.6	Pedido de reconsideração	546
165.6.1	Procedimento de contratação direta.....	546
165.6.2	Processamento.....	547
165.7	Competência.....	547
165.8	Efeitos.....	548
165.9	Resultado recursal.....	548

Artigo 166

Anderson Sant'Ana Pedra	550	
166	Recurso em face de sanções aplicadas (art. 166).....	550
166.1	Regime diferenciado de prazos.....	550
166.2	Dilação dos prazos	550
166.2.1	Prazo impróprio	551
166.3	Competência para apreciação do recurso.....	551
166.4	Aplicação das normas dos arts. 165 e 168.....	551

Artigo 167

Anderson Sant'Ana Pedra	552	
167	Pedido de reconsideração (art. 167).....	552
167.1	Competência para apreciação do pedido de reconsideração	552
167.2	Procedimento e prazo.....	553
167.3	Reabilitação	553
167.4	Aplicação das normas dos arts. 165 e 168.....	553

Artigo 168

Anderson Sant'Ana Pedra	554	
168	Efeitos recursais (art. 168).....	554
168.1	Efeito devolutivo	554
168.2	Efeito suspensivo	554
168.3	Trânsito em julgado administrativo.....	555
168.4	Auxílio da assessoria jurídica.....	556
168.5	Auxílio de outros órgãos técnicos.....	557

Artigo 169

Rafael Amorim de Amorim	558	
169	Do controle das contratações públicas.....	559
169.1	A gestão de riscos e as três linhas no sistema de contratação pública (art. 169, <i>caput</i> e §1º).....	562
169.2	O acesso irrestrito dos órgãos de controle aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos (§2º do art. 169).....	565
169.3	Dos encaminhamentos a serem adotados diante de impropriedades formais e irregularidades (§3º do art. 169).....	566

Artigo 170

Rafael Amorim de Amorim	568	
170	Dos critérios a serem adotados pelos órgãos de controle para realização de trabalhos relacionados à execução da Lei nº 14.133/2021 (art. 170, <i>caput</i>)	568
170.1	Das regras a serem observadas pelos órgãos de controle na fiscalização da execução da Lei nº 14.133/2021 (art. 170, <i>caput</i> e §§1º, 2º e 3º).....	570
170.2	Da possibilidade de qualquer pessoa representar contra ilegalidade em procedimentos de contratação pública (§4º do art. 170).....	571

Artigo 171

Rafael Amorim de Amorim	572	
171	Da atividade de fiscalização pelos órgãos de controle da execução da Lei nº 14.133/2021 (<i>caput</i> do art. 171)	573
171.1	Da suspensão cautelar do processo licitatório pelos tribunais de contas (§§1º, 2º, 3º e 4º do art. 171).....	574

Artigo 172 (VETADO)	576
----------------------------------	-----

Artigo 173	
Rafael Amorim de Amorim	576
173 O dever das Escolas de Contas de promover ações de capacitação em matéria de contratação pública.....	576
Artigo 174	
Marcos Nóbrega	578
174 O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).....	579
174.1 Do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas (§1º do art. 174)...	580
174.2 Das informações que constarão do PNCP (§2º do art. 174)	580
174.3 Das funcionalidades do PNCP (§3º do art. 174)	581
174.4 O PNCP e o formato de dados abertos (§4º do art. 174).....	582
Artigo 175	
Marcos Nóbrega	584
175 Da possibilidade de instituir sítios eletrônicos oficiais complementares	584
175.1 Do uso de sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado (§1º do art. 175).....	584
175.2 Da publicação complementar do extrato de edital de licitação em jornal diário de grande circulação local (§2º do art. 175)	585
Artigo 176	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	586
176 Da aplicação diferida de partes da Lei nº 14.133/2021 aos municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes.....	586
176.1 Da aplicação diferida das regras relativas à gestão de pessoas (inciso I do art. 176).....	587
176.2 Da aplicação diferida da obrigatoriedade da licitação sob a forma eletrônica (inciso II do art. 176)	588
176.3 Da aplicação diferida das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial (inciso III e parágrafo único do art. 176).....	589
Artigo 177	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	591
177 Da priorização da tramitação de processos relativos à aplicação das normas gerais de licitação e contratação.....	591
Artigo 178	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	592
178 Dos crimes em licitações e contratos administrativos	594
Artigo 179	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	595
179 Da possibilidade de licitação na modalidade diálogo competitivo para contratação de concessão de serviço público e de concessão de serviço público precedida da execução de obra pública	595
Artigo 180	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	596
180 Da possibilidade de licitação na modalidade diálogo competitivo para contratação de Parceria Público-Privada	596
Artigo 181	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	597
181 A centralização das contratações públicas	597
181.1 A constituição de consórcios públicos para a instalação de centrais de compras (Parágrafo único do art. 181)	599
Artigo 182	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	600
182 A atualização dos valores previstos na Lei nº 14.133/2021	600
Artigo 183	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	602
183 Da contagem dos prazos previstos na Nova Lei de Licitações.....	602

Artigo 184	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	605
184 Da aplicação da Lei nº 14.133/2021 a outras espécies de ajustes firmados pela Administração Pública	605
Artigo 185	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	606
185 Dos crimes em licitações e contratos administrativos no âmbito das empresas estatais	606
Artigo 186	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	607
186 Da aplicação subsidiária da Nova Lei de Licitações a leis específicas de licitação e contratos	607
Art. 187	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	608
187 Da aplicação dos regulamentos editados pela União aos demais entes da federação	608
Artigo 188 (VETADO)	609
Artigo 189	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	609
189 Da recepção expressa da legislação correlata de licitação e contrato e dos regulamentos pelo novo regime de contratação pública nacional	609
Artigo 190	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	611
190 Da irretroatividade das regras de regência do contrato administrativo previstas na NLLCA	611
Artigo 191	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	612
191 Da transição do regime tradicional para o da Nova Lei de Licitações.....	612
191.1 Da incomunicabilidade entre os regimes de contratação antigo e o da NLLCA....	613
191.2 Da congruência entre o regime de contratação e o de execução contratual (Parágrafo único do art. 191)	614
191.3 Da data limite para contratações fundadas no regime tradicional.....	614
Artigo 192	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	616
192 Da regência dos contratos relativos a imóveis pertencentes a entes de direito público da Administração Pública federal	616
Artigo 193	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	617
193 Da revogação do antigo regime de contratação pública nacional	617
Artigo 194	
Rafael Sérgio Lima de Oliveira	618
194 Da vigência da Nova Lei de Licitações	618
SOBRE OS AUTORES	619